



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

Tratores em dois episódios da história do Brasil

Tractors in two episodes of Brazil's history

Matheus Pires Mariniello Pizzani; UNIFESP; matheus_pizzani@hotmail.com

RESUMO: A relação entre o governo federal e grupos de interesse do setor agrícola ganhou ampla evidência nos anos mais recentes em função da participação cada vez mais ativa dos últimos na linha de frente da formação de políticas públicas cujos benefícios pudessem ser captados diretamente por eles. A história econômica, no entanto, nos mostra que tal ligação se faz presente desde os primórdios da história republicana do país. Exemplo disso foi a marcha da produção, episódio em que, na iminência de se verem submetidos a um governo cuja prioridade estava voltada ao setor industrial, produtores do norte do Paraná reuniram uma caravana em direção à capital do país com o objetivo de protestar por melhorias para os trabalhadores do campo, cujo intuito, na verdade, era utilizar-se da sua força como classe para garantir benefícios financeiros através da política econômica da época.

Palavras-chave: marcha da produção, economia agrícola, governo JK.

ABSTRACT: The relationship between the federal government and interest groups in the agricultural sector has gained ample evidence in recent years due to the increasingly active participation of the latter in the forefront of the formation of public policies whose benefits were captured directly by them. Economic history, however, shows us that such a connection has been present since the beginning of the republican history of the country. An example of this was the production march, an episode in which, on the verge of seeing themselves represented by a government whose priority was turned to the industrial sector, producers from northern Paraná gathered a caravan towards the country's capital with the aim of protesting for improvements for rural workers, whose intention, in fact, was to use their strength as a class to guarantee financial benefits through the economic policy of the time

Key words: productors march, agriculture economy, JK government.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Introdução

Em sua edição do dia 26 de abril de 2023, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma notícia sugerindo que a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro na abertura da *Agrishow*, uma das mais tradicionais feiras agrícolas do país, organizada por cinco das maiores entidades de produtores agropecuários do Brasil com o apoio de cerca de cinquenta instituições do setor¹, motivaria o cancelamento da participação do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, que, de acordo com o que havia sido apurado até então, além de participar das solenidades do evento, anunciaria linhas especiais de crédito para o setor (Toledo, 2023).

Tal hipótese foi confirmada dois dias depois, como noticiado pelo portal *UOL*, com a organização do evento solicitando ao ministro que não comparecesse à abertura da feira para evitar possíveis atritos com Bolsonaro e sua claque. Sentindo-se desprestigiado pela preferência dada ao ex-presidente, Fávaro cancelou sua ida à *Agrishow*, atitude que se mostrou *a priori* como uma sinalização ruim em termos de reaproximação do setor com o governo, cuja relação se encontrava significativamente fragilizada em tempos recentes, além de ter levado ao Banco do Brasil a cancelar o patrocínio financeiro que daria ao evento (Paraguassu, 2023).

O desentendimento entre as partes, entretanto, não duraria muito tempo, com o governo sendo responsável por sinalizar o desejo de cooperação com os ruralistas ao anunciar que no mês seguinte seria aberta uma linha de crédito especial em dólares para proteger os exportadores do setor de eventuais oscilações cambiais, mecanismo que não só melhora a previsibilidade dos agentes no momento de decisões de investimento, que geralmente estão atreladas à importação de maquinário, mas também inibi as chances de perdas financeiras por instabilidades apresentadas pela moeda nacional. A operação do programa será realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que trabalha com a expectativa de destinação de aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano para esta linha de crédito (BNDES, 2023).

¹ Em 2023, as instituições organizadoras da feira foram a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). A lista das instituições apoiadoras consta no endereço online oficial do evento: <https://www.agrishow.com.br/pt/Home.html>.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

O caso chama atenção por diversos motivos, sendo que o primeiro deles consiste no fato de ser a primeira vez que membros do governo no poder não participam da *Agrishow* em seus 28 anos de existência, reforçando o caráter frágil sobre o qual se assenta a relação do governo com um dos principais setores da economia brasileira. Não obstante, trata-se do primeiro compromisso em que Bolsonaro confirmou presença desde sua volta ao Brasil no dia 30 de março de 2023, regresso ocorrido após sua viagem aos Estados Unidos em 30 de dezembro de 2022, feita um dia antes do fim de seu mandato presidencial, momento em que o ex-presidente se encontrava na iminência de perder seus privilégios políticos em função da derrota sofrida nas eleições de outubro daquele ano.

Considerando a base multifacetária de apoiadores que possui, composta por grupos que vão desde evangélicos neopentecostais, policiais militares, motociclistas e até mesmo lutadores de artes marciais, a sinalização dada ao agronegócio, ou ao menos parte relevante dele, evidencia o papel nevrálgico do setor não só nas políticas implementadas no decorrer do mandato do ex-capitão como presidente, quanto em sua construção como figura pública e suposta liderança política nacional, algo evidente pelo fato de que mesmo após os anos de arroubos autoritários e desrespeitos à Constituição do país, Bolsonaro nunca perdeu sua popularidade nos quinhões do país dominados pela agropecuária.

A relação simbiótica entre Bolsonaro e o agronegócio está longe de se resumir ao episódio supracitado. A mesma Folha de S. Paulo, em sua edição do dia 25 de agosto de 2022, quando mostrou que a pedido do Palácio do Planalto, ruralistas que apoiavam o ex-presidente enviariam tratores para se juntar ao tradicional desfile de 07 de setembro, que contava ainda com a presença de integrantes das Forças Armadas, policiais federais, rodoviários federais, bombeiros e outras categorias mais que supostamente integravam a base de apoio do ex-presidente (Feitos; Resende; Holanda, 2023).

Além de disponibilizarem tratores para compor a exibição, ruralistas se comprometeram a enviar um carro de som, no qual Bolsonaro discursaria após o



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

encerramento do evento oficial, algo que acabou não ocorrendo. No dia 30 de agosto, a Folha publicou ainda que um grupo ruralista de bolsonaristas pagou por *outdoors* em Brasília para promover os atos pró-bolsonaro no 07 de setembro daquele ano (Gabriel; Resende, 2023).

Apesar da sequência de notícias apresentadas acima deixar a impressão de que a busca pela manutenção de benefícios, característica intrínseca dos ruralistas ao longo da história, chegou a um limite tão extremo a ponto de justificar o apelo aos meios antidemocráticos citados acima, relatos no plano da história econômica mostram que, a busca incessante pela manutenção de privilégios no campo econômico não foi feita apenas por meio de *lobby* nos diversos graus das instituições públicas, com o agronegócio possuindo histórico bem estabelecido no que diz respeito à predisposição pelo uso de métodos subversivos e violentos quando o que está em debate é sua posição dominante dentro da estrutura econômica e social do país.

Um exemplo marcante desta dinâmica, ainda pouco estudado no campo acadêmico, ocorreu durante o governo Juscelino Kubistchek (1956 – 1960), quando o governo, cujo viés era extremamente direcionado à estruturação de uma política econômica pró indústria, se viu encurralado politicamente pelo alto escalão da oligarquia rural do país, que viu um problema nas alterações feitas no processo de formação de renda do setor, cujo epicentro girava em torno das políticas voltadas ao amparo e incentivo à produção em larga escala, passando a sofrer influência da política cambial do período.

Vendo-se ameaçados pela possível corrosão dos vultosos lucros que sempre dispuseram, os membros do setor voltaram-se majoritariamente contra o governo, pressionando-o por melhorias em suas condições de financiamento e remuneração sob pena de rompimento por completo das relações entre as partes. O ápice da tensão foi a chamada marcha da produção, episódio ocorrido em outubro de 1958, quando 2 mil veículos saíram da cidade de Maringá (PR) em protesto rumo ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, com objetivo de apresentar diretamente ao presidente Juscelino Kubitschek as reivindicações dos produtores rurais da região.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

A organização do movimento foi feita por grandes produtores de café do norte do Paraná, grupo mais afetado pela política cambial do período, que conseguiram ainda cooptar pequenos produtores da região através do discurso persuasivo adotado por seus pares latifundiários, afirmando ser necessário protestar contra as injustiças cometidas contra os trabalhadores do campo, que mereciam melhores condições financeiras pelo duro trabalho que faziam.

A manifestação foi duramente reprimida pelo Exército, que sob ordem do então Ministro da Guerra, Marechal Lott, enviou tropas do Exército e aviões da Força Aérea Brasileira para o norte do Paraná, de onde saíria a comitiva. Mesmo tendo sido impedida, sua organização e início foram devidamente documentadas por periódicos da época, além de terem sido ecoadas no interior do campo político através de agentes que representavam os ruralistas no Congresso, dando poder de barganha à uma classe que travava uma disputa intensa com o governo.

Como forma de estruturar a sucessão de eventos listados acima e suas consequências, o presente artigo se divide em três seções distintas. Na primeira delas será introduzida a problemática da disputa de renda entre a oligarquia rural e o governo, objeto de discussão desde os primórdios da República e que através de processos contínuos ao longo da história construiu a estrutura de relacionamento entre o governo e os entes do setor que motivou toda a problemática no governo JK a ser descrita no restante do texto.

Na segunda seção será apresentada a questão da política cambial como ferramenta de política econômica, bem como seus desdobramentos para os ganhos econômicos do setor agrícola, com destaque para o segmento da cafeicultura, principal grupo do setor e com participação protagonista na organização e condução da marcha.

Por fim, a última seção trará um relato detalhado da marcha da produção, que representou o ápice da insatisfação da classe produtora com o governo e que apesar de barrada, abriu margem para modificações importantes no interior de instituições públicas voltadas à formação de políticas econômicas do período, cuja motivação foi a



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

tentativa por parte do governo de à época de conciliar seus planos desenvolvimentistas com os interesses dos ruralistas do país.



Breve histórico de políticas de amparo ao setor agrícola no Brasil

Antes de adentrar ao problema da marcha propriamente dita, é preciso introduzir com mais detalhes as políticas de amparo ao setor agrícola implementadas ao longo da história republicana do país, que acabaram fundamentando a estrutura de clientelismo criada entre os ruralistas e o Estado brasileiro, algo que além de ter sido operado ao longo de décadas no interior das instituições públicas do país, teve elevado custo do ponto de vista fiscal. A primeira medida desta natureza que merece destaque foi a chamada política de preços mínimos, que como apresentado por Furtado (1979), nasceu a partir da queda vertiginosa do preço da saca de café no fim do Século XIX, sendo que ao longo da década de 1890, a cotação do grão sai de £4,09/saca para £1,48/saca. O autor aponta ainda que o mecanismo tradicional de reversão dos prejuízos dos cafeicultores, a desvalorização cambial, já não surtia mais efeito naquela conjuntura, tendo em vista especialmente a inflação elevada, que tornava praticamente inviável sua utilização.

A saída para este impasse foi conhecida no que se convencionou chamar de “Convênio de Taubaté”, nome criado em alusão à cidade onde foi realizado o encontro entre o governo e grandes produtores, onde ficou acordado que o governo passaria a atuar via política fiscal e não mais cambial para reversão das perdas causadas pela queda do preço da saca no mercado internacional. Dentre as principais medidas firmadas neste contexto, destaque deve ser dado para o compromisso do governo em comprar o excedente da oferta de mercado, o que, em tese, possibilitaria a manutenção do equilíbrio de mercado e evitaria quedas bruscas no preço do bem.

Tal política acabou tendo vida relativamente longa no interior da economia brasileira, sendo inclusive incorporada oficialmente ao conjunto de políticas econômicas do país a partir de 1922, como mostra Delfim Netto (1979), com a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café (IDPC), pelo então presidente Epitácio Pessoa. Apesar de estar em linha com os interesses ruralistas, o IDPC teve vida curta, visto que ainda em 1922, Arthur Bernardes toma posse como presidente e impõem uma política econômica de cunho ortodoxo, que dentre as principais medidas exigia um ajuste fiscal rigoroso, de maneira que estava fora de seus planos realizar gastos públicas com o financiamento da compra da produção excedente de café.



O instituto é repassado para o estado de São Paulo, onde passa a se chamar Instituto Paulista de Defesa do Café (IPDC)². Segundo Delfim Netto (1979), esta mudança é um marco importante, uma vez que proporcionou uma mudança importante para o modelo de defesa dos preços do café, que deixaria de ser feita apenas nos momentos de deterioração no mercado internacional e passaria a ser uma política pública permanente, executada periodicamente para garantir o nível de renda considerado ideal por parte de seus produtores. Ao longo das décadas de 20 e 30 uma série de disputas aconteceram no interior desta instituição, com o governo e agentes privados lutando por espaço e tentando fazer com que suas próprias demandas fossem refletidas na política de sustentação de preços do café.³

Após ter relegado a esfera regional o controle da política do café, o governo federal consegue de fato retomar o poder sobre tal variável, ao menos no âmbito institucional, a partir de 1933, com a criação do Departamento Nacional do Café (DNC), que segundo Faleiros (2017), ficaria responsável pelo enxugamento da oferta no mercado através do estabelecimento de cotas de exportação, com a diferença entre o montante das cotas e a quantidade disponível no mercado a ser absorvida pelo governo. Foi neste período que se criou a famosa cota de sacrifício, que consistiam em um volume de sacas de café que deveriam ser incineradas em função da incapacidade e do elevado custo de estocagem do produto para o governo federal.

Este período em especial foi extremamente desafiador para o país, como mostra Delfim Netto (1979), sendo que entre as safras de 1927/28 e 1933/34 o país formou um estoque de aproximadamente 50 milhões de sacas de café, que não conseguiriam ser absorvidas pelo mercado tendo em vista a inelasticidade apresentada pelo mesmo naquele momento. Além disso, o Brasil começava a contar com mais concorrentes no mercado internacional, com destaque para a Colômbia, que conseguiu produzir um café de boa qualidade e preço competitivo, se mostrando uma ameaça significativa para o produto brasileiro, que entre 1930 e 1937 viu sua participação cair de 37% para 30%.

² Em 1925, uma lei do governo paulista faria uma nova alteração no nome da instituição, que a partir daquele momento seria conhecida como Instituto do Café do Estado de São Paulo.

³ Para uma análise mais detalhada destas disputas, ver Cabral e Sá (2010), Perissinotto (1969) e Stolcke (1986).



Em 1937, o modelo de sustentação via política fiscal foi temporariamente abandonado em favor da prática de *dumping* por parte do governo brasileiro, que tentava retomar mercado enquanto costurava um acordo internacional com os demais países produtores para garantir uma situação favorável também no longo prazo para o produto do país. Ambas medidas, no entanto, fracassaram, e o excesso de oferta fez com que a saca caísse para 7,7 cents/libra-peso em 1938. A situação do país só não foi pior por conta da retomada das exportações naquele ano, que fecharam em 17,2 milhões de sacas, ajudando o país a se recuperar do péssimo ano de 1937 (Delfim Netto, 1979, p. 107).

O DNC seguiu como órgão responsável pela política do café até 1946, quando foi substituído pela Divisão de Economia Cafeeira (DEC), autarquia ligada ao Ministério da Fazenda e que, com exceção da política de exportação, que ficou sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, herdou as funções de coordenação da política cafeeira nacional. A tímida atuação do DEC também pode ser entendida pela impossibilidade de maiores intervenções no mercado cafeeiro por parte do Brasil naquela época, tendo em vista que entre 1941 e 1945 o controle dos preços do café foi feito pelo *Office of Prices Administration* (OPA), órgão dos Estados Unidos designado para tal tarefa a partir de um acordo entre os países (Delfim Netto, 1979, p. 107).

O cenário da década de 40 foi bem diferente do decênio anterior, visto que a absorção do volumoso estoque mencionado anteriormente foi sendo feita gradualmente, seja através da demanda seja via eliminação, de maneira que o preço do produto elevou-se a tal ponto que em 1951 os Estados Unidos, em meio à guerra da Coréia, impuseram um teto ao preço do café brasileiro, que já estava cotado a impressionantes 55,5 cents/libra-peso (Delfim Netto, 1979, p. 108).

A política cambial como centro das tensões

Após alguns anos sem modificações mais profundas, o que não significa a inexistência de problemas entre os atores previamente contemplados, uma nova substituição no campo institucional em 1952 fez com que o DEC dê lugar ao Instituto Brasileiro do Café (IBC), que também seria uma autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda, porém, ao contrário de seu antecessor, teria como principal atribuição a



definição da política cambial do café. O surgimento do IBC não é um fato aleatório em meio a disputa de poder entre governo federal e agentes privados, refletindo, na verdade, os objetivos do setor público naquele período.

A década de 50 é marcada pela guinada em direção às políticas desenvolvimentistas, que se traduziram em políticas voltadas para a industrialização, sendo uma tentativa clara de reduzir a dependência externa e estabelecer maior equilíbrio macroeconômico para o país. Uma das principais características do novo modelo de desenvolvimento econômico era a importância dada à política cambial, nevrálgica para obtenção de sucesso na missão de industrialização do país na medida em que permitia uma melhora eficiência na obtenção de divisas para financiamento de bens de capital do exterior. No que diz respeito ao setor agrícola, a política cambial acabava afetando o nível de ganhos dos exportadores contrastando com o modelo de sustentação de preços via mecanismos internos de crédito e preços mínimos.

Os principais afetados por esta nova realidade eram os produtores e comercializadores de café. Sendo que, enquanto o primeiro era formado por fazendeiros envolvidos diretamente na atividade produtiva, o segundo contava com empresas e agentes que muitas vezes não possuíam ligação alguma com o cotidiano da produção, fazendo apenas a intermediação entre o primeiro grupo e o mercado externo.

O efeito das políticas sobre cada um dos grupos está relacionado com a forma pela qual eram obtidas suas respectivas remunerações, com os produtores internos sendo pagos em moeda local, daí a importância da sustentação do preço via equilíbrio entre oferta e demanda, enquanto o segundo era remunerado em moeda estrangeira, o que explica o a centralidade da política cambial neste novo arranjo. Logo, dentro deste contexto, o governo federal se depara com a difícil missão de conciliar o interesse de ambos os grupos com sua política de industrialização, tarefa que nem sempre será alcançada com sucesso, como mostra Stolcke (1986), de maneira que em diversos momentos, um ou até mesmo ambos os grupos se protestaram contra o tratamento recebido.

Em outubro de 1953, o governo implementa a Instrução nº 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc), que alterou profundamente a estrutura



cambial do país, criando diferentes categorias de bônus para as exportações⁴. O café foi o produto mais prejudicado por esta medida, uma vez que enquanto a bonificação dos demais produtos agrícolas era de Cr\$ 10, o principal produto da pauta de exportação do país foi contemplado com Cr\$ 5 por saca (Stolcke, 1986, p. 158). A princípio, os protestos contra a mudança ficaram por conta dos produtores, que viam como arriscada a interferência no câmbio por parte do governo, temendo os impactos que isto poderia gerar no preço do bem, e conseqüentemente na dinâmica de oferta e demanda no mercado internacional.

Ao longo de 1954, os produtores conseguiram fazer com que o governo reajustasse a taxa de câmbio ao menos duas vezes, garantindo que independente das baixas observadas no mercado internacional, suas receitas em cruzeiros continuassem apresentando crescimento (Stolcke, 1986, p. 159). Em 1955 foi a vez dos exportadores colocarem suas imposições na mesa de negociação com o governo, advogando em favor de um aumento nas bonificações pagas por saca em razão da instabilidade causada pelo próprio governo no mercado. Não obstante, desejavam que o governo desvalorizasse deliberadamente o câmbio oficial, na tentativa de estimular as exportações e melhorar seu nível de renda, o que seria difícil em um momento como aquele, onde a demanda se encontrava decrescente.

As divergências com o governo, que pareciam variar de um lado para o outro, passaram a ser compartilhadas por ambos a partir do momento que Café Filho assume a presidência, ainda em 1955, com a tentativa de Eugênio Gudin, então Ministro da Fazenda, de realizar uma estabilização financeira que, dentre outras diretrizes, afetaria o setor cafeeiro através da manutenção do nível cambial do período, bem como uma redução drástica do esquema de sustentação de preços, considerado exagerado por ele (Stolcke, 1986, p. 162). Gudin acabou deixando o governo em abril, sendo sucedido por Jose Maria Whitaker, que levou a cabo as ideias de seu antecessor e colocou fim ao programa de sustentação de preços. Apesar de sucesso nesta frente, a busca sem sucesso

⁴ Além da mudança no regime de exportações, outras mudanças relevantes se deram acerca do abandono do controle quantitativo sobre importações, bem como o monopólio do câmbio por parte do Banco do Brasil, que passou a controlar os leilões de venda de divisas no país.



pela implantação de um regime de câmbio livre fez com que Whitaker acabasse pedindo demissão do cargo.

A insatisfação de produtores e exportadores pode ser vista através da análise de artigos publicados nos periódicos das principais entidades de classe do setor. Será tomado como referência aqui a revista “A Rural”, publicada mensalmente pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das principais entidades do setor agropecuário e onde estavam concentrados os principais membros da cafeicultura do país⁵. Em janeiro de 1956, o artigo “Café e a política cambial” cobrava uma solução para os problemas das políticas de renda do setor, além de direcionar fortes críticas ao ex-ministro Whitaker.

O ministro Whitaker, por exemplo, eliminou em sua curta gestão a política de sustentação de preços que se destinava a criar a resistência econômica do produtor. Vê o sr. Parreira, e esse é o nosso pensamento, na suspensão da garantia do preço mínimo, no cancelamento da garantia cambial da Instrução 114 e numa política restritiva de financiamento, fatos que caracterizavam a administração do ministro paulista, a origem da atual conjuntura de incertezas e instabilidades no mercado cafeeiro. Costuma-se fundamentar esse comportamento em razões de oportunidade, isto é, que a abolição de tôdas essas medidas de amparo dos preços destinava-se a criar condições favoráveis à reforma do esquema cambial. Facilmente não se aprende a relação de antagonismo entre uma reforma, destinada a abolir o chamado ‘confisco cambial’, e um sistema de defesa do preço. Ao contrário, o receio de que maior soma de cruzeiros proporcionada ao exportador viesse provocar uma baixa do valor do ouro do café, e que seria investida de puro caráter especulativo, aconselhava não a eliminação, mas o reforço de uma política de defesa do produto (A Rural, 1956a, p.19).

Além de criticarem o esquema cambial do período, os membros da SRB também reclamavam sobre o abandono do esquema de sustentação de preços via compra de excedentes. Este posicionamento fica evidente em trechos como os do artigo “A defesa do café”, publicado na edição de janeiro de 1956, no qual cobrava-se o direito de saber qual era o destino dos recursos que em tese deveriam ser destinados para o financiamento do programa de sustentação de preços.

A rigor, na atualidade, não pode a União se recusar a execução de um programa de defesa do café, cuja necessidade é demasiadamente conhecida para ser discutida, sob a alegação da inexistência de recursos para seu financiamento. O sistema cambial em vigor de taxas múltiplas, algumas das quais flutuantes, com as licitações das promessas de câmbio, tem por principal

⁵ Para uma análise mais detalhada sobre a formação e relevância da Sociedade Rural Brasileira, especialmente no tocante à cafeicultura, ver Perissinotto (1969), Stolcke (1986), Heinz (2001), Mendonça (2009) e Lamarão (2010).



objetivo a arrecadação de recursos para amparar a lavoura. O que não podemos compreender é que se elimine a medida do preço mínimo do café e se restrinja a providência de seu financiamento, prejudicando com isso ainda mais a economia geral da Nação do que a economia privada do cafeicultor, quando precisamente para custeá-las foi criado, com sacrifício do produtor, o atual mecanismo cambial. Temos o direito de saber o destino dado ao produto dos ágios vinculados por lei à defesa da economia rural. Contra o criminoso abandono em que foi deixada a produção cafeeira se erguem agora, em estreito e indispensável contacto, a Sociedade Rural Brasileira e a FARESP, pleiteando a volta ao programa de financiamento amplo, comercial e de custeio, e ao sistema do preço mínimo de garantias primárias para qualquer política de defesa do café. [...]. (A Rural, 1956c, p. 47)

Manutenção do impasse sob JK e a marcha como ferramenta de protesto

A posse de Juscelino Kubitschek como presidente causou uma interrupção temporária nas reclamações, com produtores e exportadores aguardando evidências mais concretas dos rumos da política econômica do então novo governo para saber quais seriam os benefícios e objetivos a serem perseguidos no quinquênio seguinte. A resposta neste caso foi rápida, visto que a divulgação do Plano de Metas mostrou que apenas 6 dos 30 objetivos propostos estavam ligados à agricultura, de maneira que o governo parecia se distanciar das demandas do setor agrícola, em especial da cafeicultura, que até então constituía o principal grupo organizacional do setor produtivo brasileiro, sendo responsável por 60% das exportações realizadas pelo Brasil até a metade da década de 50.

Não obstante, criou-se um ambiente de desconfiança entre os produtores rurais, visto que o avanço da industrialização e obtenção da emancipação do país em relação à importação de bens de alto valor agregado do restante do mundo esvaziaria o papel do setor agrícola dentro do conjunto da economia do país, levando consigo um dos principais argumentos utilizados por membros da classe no momento de justificar as benesses solicitadas junto ao governo, prática datada desde os primórdios da República.

Desta forma, a insatisfação já existente nos anos anteriores por conta apenas de decisões de política econômica foi potencializada com o receio de que o protagonismo da classe fosse perdido no médio e longo prazo, combinação que fez com que as críticas do setor ao governo voltassem a ser recorrentes.

Em “Regime Cambial e o Café”, artigo de abertura da edição de setembro de 1956 da revista A Rural e de autoria de um de seus principais diretores, Antonio de



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Queirós Telles, argumentou-se que os produtores de café haviam sido impactados negativamente pelas medidas implementadas pelo governo JK e, com a acidez que marcava os textos do periódico, Telles faz um feroz ataque às políticas até então praticadas:

(...) Oriundo de uma propaganda eleitoral ultra demagógica e com retumbantes manifestações de realizar no curto espaço de cinco anos o que representaria um progresso de cinquenta anos, juntando-se a isso uma avidês e ambição pelo poder como jamais se verificou em nossa pátria, o atual gôverno, nos meses decorridos de sua investidura, tem sido no setôr financeiro uma negação de atividades, causando as mais pesadas comoções às classes produtoras do país. Consideramos, de início, que, no curto espaço de poder dos atuais governantes já foram emitidos seis bilhões de cruzeiros! Pelo prazo parece que bateram o record das emissões até o momento conhecidas no Brasil. Como se está verificando, não tem o presente governo capacidade para dominar a inflação que infelicita e encarece cada dia mais a vida da Nação. Em vista, portanto, do agravamento constante dos meios de subsistência, influenciando na elevação do custo da nossa produção, pensamos ser premente o impreterível a necessidade de se tratar da modificação cambial. Do contrário estamos a pique de perder a possibilidade de exportação de grande parte do próprio café, que se tornará gravoso (A Rural, 1956b, p. 7)

A tensão crescente entre o governo e os cafeicultores chegou ao ápice na segunda metade da década de 50, onde além de registrarem oposição ao governo através de entidades de classe e de seus representantes no Congresso, os agentes privados decidiram também por externalizar sua insatisfação pessoalmente, dando origem ao movimento batizado de Marcha da Produção, analisado com maiores detalhes a seguir.

Apesar da marcha descrita neste trabalho tratar-se do evento que transcorreu em 1958 no estado do Paraná, é importante recobrar que em maio de 1957, produtores de café do estado de São Paulo se agruparam em torno da Associação Rural de Marília, sob o propósito de marchar com carros e caminhões em direção ao Palácio do Catete, localizado no Rio de Janeiro e que até então era a sede do governo federal, com intuito de protestar contra a política de confisco estabelecida pelo então Ministro da Fazenda, Lucas Lopes. O exército foi acionado na ocasião e fez com que a manifestação se dissipasse de maneira espontânea, não havendo conflitos de nenhuma natureza ao longo de sua execução.

Apesar de não ter logrado sucesso em seu objetivo principal, a marcha organizada pelos produtores paulistas pode ser considerada vitoriosa ao menos no aspecto de movimentação da classe cafeeira, uma vez que inspirou a organização de



uma nova manifestação por parte de membros do setor já no ano seguinte. Batizada oficialmente como “Marcha da Produção”, o protesto seria liderado desta vez por produtores do norte do Paraná, cujo objetivo era entregar uma carta ao presidente onde estariam listadas as principais reivindicações do setor no tocante à política de valorização do café.

Como mostram Adum, Almeida e Cesário (2005), a organização desta marcha começa a ganhar corpo a partir do mês de junho, impulsionada por frequentes manifestações feitas pela Associação de Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), na figura de seu presidente, Álvaro Godoy, cujos frequentes protestos se voltam contra o trato dado pelo governo em relação à política cafeeira, e a insatisfação dos produtores com os níveis de preço do café, o que implica dizer que a insatisfação, na verdade, se concentrava no lucro auferido por estes agentes, considerado abaixo de suas expectativas.

No dia 5 de setembro, em entrevista a uma rádio local e que posteriormente seria transcrita na edição daquele dia do jornal *Folha de Londrina*, Godoy convocou os produtores do estado a se juntarem à marcha, fazendo a seguinte declaração “Não é possível o Brasil sobreviver, tendo em seus postos administrativos homens bisonhos no assunto, só porque são formados e dizem sim a todos os absurdos dos chefes, e por permanecerem na mesma facção política. No Brasil, os homens estão deslocados”.

Como apresentado por Stolcke (1986), houve grande adesão de fazendeiros da região, que prometeram “um desfile de dois mil veículos a serem conduzidos em protesto até o Palácio do Catete”. (Stolcke, 1986, p. 167). Não obstante, outras associações locais importantes aderiram ao movimento, como nos casos da Associação Paranaense de Cafeicultores (APAC) e até mesmo a Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), além de produtores de São Paulo e do Espírito Santo, que partiram em direção ao Paraná para se integrarem aos seus congêneres na tentativa de reivindicar o que acreditavam ser deles por direito.

Entre a data do anúncio e o dia 18 de outubro, data oficial da marcha, uma série de eventos transcorreram, incluindo seguidas negociações com o governo para suspensão ou cancelamento da marcha com direito a ida de emissários do próprio



presidente JK, adiamento da data original, apoio de políticos do Congresso e de nomes importantes do período, como no caso de Jânio Quadros e a designação do próprio Marechal Lott, até então Ministro da Guerra do governo, como responsável por conter a Marcha e impedir sua chegada ao Rio de Janeiro (Adum, Almeida e Cesário, 2005, p. 5).

O governo se manteve firme no posicionamento de não receber os manifestantes, convocando novamente o Exército e enviando aviões da Força Aérea para conter o avanço dos manifestantes. A Marcha teve vida curta. Os manifestantes sequer conseguiram deixar o solo paranaense, tendo sido barrados no quilômetro 115 da estrada Maringá-Londrina. Apesar do fracasso no objetivo inicial, e de certa maneira simbólico, de chegar até o presidente e entregar-lhe diretamente uma carta com suas reivindicações, os cafeicultores podem ser considerados vitoriosos em alguns pontos no que diz respeito ao desenrolar dos eventos que envolveram a Marcha da Produção.

A começar pela ampla divulgação na mídia, que não se resumiu às matérias divulgadas na Folha de Londrina. Como descrito em Pizzani (2021), a manifestação tomou tamanha proporção na época que até meios de circulação mais amplos, como no caso do Correio da Manhã, dedicaram espaço de seus folhetins para tratar do tema. Na sua edição de 19 de outubro, o Correio da Manhã publicou um texto com o seguinte título: “O Governo e a ‘Marcha da Produção’ dos Lavradores do Paraná”, onde apresentava um debate realizado no Congresso por alguns deputados envolvidos na causa.

Participaram da discussão Aliomar Baleeiro (UDN-BA), Armando Falcão (PSD-CE) e Hebert Levy (UDN-SP). O primeiro a se manifestar é o deputado Levy, que faz a leitura de um documento em que se coloca como defensor dos manifestantes e cobra explicações do Marechal Lott acerca das atitudes tomadas pelo último em relação aos produtores participantes da Marcha.

Requeiro que sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Guerra as seguintes informações:

1º Se foram dadas ordens aos comandos da 2ª e 3ª Região Militar, para impedirem pela força, a demonstração programada pelos lavradores dos Estados de São Paulo e do Paraná denominada a “Marcha da Produção” em prol das reivindicações dos referidos Comandos.



2º Na hipótese afirmativa, em que texto da Constituição ou da Legislação se estribou o mesmo Ministro para baixar tais ordens, em se tratando de um direito de petição, com fins declaradamente pacíficos e não subversivos. (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

Em seguida, o deputado prossegue na defesa do direito dos manifestantes, alegando que a Marcha não só era um direito constitucional, como um evento natural frente à conjuntura de extrema dificuldade que estavam enfrentando:

Sr. Presidente, a lavoura do café tem fundados motivos para procurar os caminhos do desespero. Inúmeras têm sido as advertências endereçadas ao Governo, quanto às consequências da continuidade da atual política cambial e cafeeira. Tais advertências não foram ouvidas. Há dispensa de milhares de famílias feita pelos lavradores que não podem continuar a tratar das suas lavouras. Nestas condições, não é de estranhar que eles apelem para demonstrações dramáticas, é verdade, mas nunca subversivas, para alcançar a sensibilidade do Governo Federal. Eu desejaria que o Sr. Ministro da Guerra ponderasse bem nas determinações que, segundo notícias idôneas, estão baixadas por S. Ex.^a, porque se se tratar de arbítrio, é preciso S. Ex.^a note que no País já não há mais clima para arbítrio; mas, se se tratar de medidas calcadas em texto legislativo vigente, é necessário que o Sr. Ministro da Guerra faça rever, cuidadosamente, as conclusões especiosas dos seus Consultores Jurídicos sobre o texto da Constituição e das leis em vigor, que não admitem positivamente a violência que se pretende perpetrar contra os representantes da lavoura de dois grandes Estados da Federação [...]. (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

Na sequência, é a vez do deputado Falcão, que como membro da base do presidente, assumiu a fala para sair em defesa das atitudes do governo.

Quanto à parte da oração em que S. Ex.^a se refere ao problema do café em si, tenho a dizer, em nome do Governo, que todas as providências, medidas e iniciativas suscetíveis de adoção imediata já foram tomadas, com o objetivo de encaminhar as soluções mais adequadas ao problema. Sabe o Sr. Deputado Hebert Levy, como especialista que é em assuntos de natureza econômica, que, se há problema difícil no Brasil contemporâneo, êsse é o do café, não por culpa do atual Governo, mas em consequência de fatores e causas que vêm de longe. S. Ex.^a há de reconhecer que o Ministério da Fazenda vem desenvolvendo esforço sincero, bem intencionado e seguro, com o objetivo de, tanto quanto permitam as circunstâncias, atender às reivindicações da lavoura de São Paulo e do Paraná. S. Ex.^a, entretanto, não tem razão quando quer criticar o Governo pelas providências acauteladoras que adota com a finalidade de preservar os problemas da ordem pública. (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

O deputado se articula de maneira a expressar que a opção por uma manifestação daquela natureza foi o erro por parte dos cafeicultores, tendo em vista que se todas as classes optassem por este tipo de reivindicação, a segurança do país poderia ser colocada em risco.

Nós, no Nordeste, temos problemas, problemas cruciais, problemas angustiosos, dolorosos, muito mais terríveis do que aqueles que afetam São Paulo e Paraná. Já imaginou, então, V. Ex.^a



se nós, nordestinos, que há séculos lutamos contra o problema das secas, quiséssemos fazer sobre a Capital da República uma marcha dos flagelados? Não, eminente colega. Não e não. O que procuramos fazer é o que V. Ex.^a – justiça se lhes faça – tem procurado fazer até hoje, também: lutar pelos meios adequados, batalhar na tribuna da Câmara, pela imprensa, nas assembleias coletivas, através de contatos diretos com as autoridades, procurando encaminhar esses problemas que tanto afetam a Lavoura como o próprio Governo Federal. (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

Entretanto, o deputado é contraposto logo na sequência pelo colega Baleeiro, que também sendo membro do principal partido de oposição do presidente, volta a proferir ataques e condenar o tratamento dado no caso aqui abordado.

[...] Depois de ouvir, com toda a simpatia, o nobre Líder da Maioria e meu prezado amigo, fiquei a procurar, dentro de mim mesmo, que fundamento jurídico o Governo invoca para impedir esse movimento de opinião pública, já agora em todo o País aguardando e designado Marcha da Produção. [...]. Creio que concordará toda a Câmara em que qualquer do povo pode locomover-se em tôdas as direções do território nacional, não havendo restrições senão para aquêles que transpõem as fronteiras do País [...]. O Nobre Deputado, entretanto, diante da afirmativa solene feita aqui por ilustres representantes do Paraná, de que a Marcha da Produção teria caráter absolutamente pacífico, desarmados que se apresentariam quantos dela participasse, não conseguiu identificar de modo algum em que fundamento, em que artigo de lei, em que princípio jurídico poderia o Ministro da Guerra pela fôrça das armas embaraçar atos feitos de cidadãos brasileiros. Este fato, ouvido com relativa indiferença pela Casa [...] (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

Além de atacar o presidente, Baleeiro mira duras críticas ao Marechal Lott, acusando-o de atentar contra os direitos constitucionais dos envolvidos na Marcha, e alegando que este seria seu comportamento caso chegasse ao poder um dia. É importante ressaltar que à época, Lott era visto como um sucessor natural de JK no posto de presidente, tendo inclusive concorrido a presidente nas eleições de 1959, embora sem sucesso.

[...] A nação deve estar atenta a isso, pois insinua-se que o Sr. Ministro da Guerra tem de apresentar-se como candidato à Presidência da República em 1960. Pode já o Brasil ter uma antevisão do que será o Governo de S. Exa.[...]. Enquanto o Judiciário não se manifesta, enquanto a própria Nação não abre sua sensibilidade a essa terrível iniquidade, cumpro o dever de levantar meu protesto contra o ato do Ministro da Guerra, que, passando por cima do próprio Sr. Presidente da República, ameaça cidadãos e comete tremendo atentado contra a Constituição. (Brasil, 1958 *apud* Pizzani, 2021).

O insucesso retumbante da manifestação pelo meio rodoviário, como apresentado por Castro (2010), também fez com que os produtores adotassem outras



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

formas de retaliação contra o governo e demonstração de poder, que não se resumia ao mundo político, mas também tinha fortes raízes na esfera financeira. Neste sentido, devem ser destacadas atitudes tomadas após os manifestantes serem barrados pelo Exército e impedidos de prosseguir com sua carreato, como a promoção de uma corrida orquestrada aos bancos para realizar saques de recursos disponíveis em conta, retenção da distribuição dos produtos da lavoura até o limite da validade dos produtos, não realizando compra de qualquer tipo de maquinário agrícola de origem industrial e depositando o dinheiro dos impostos em cartório para forçar o governo a realizar a cobrança por vias judiciais.

A pressão contínua exercida sobre o governo, seja pela via das manifestações de classe ou pela atuação de membros do Congresso ligados ao setor, não foi em vão. Os cafeicultores conseguiram fazer valer suas imposições ao longo do governo JK, especialmente através da utilização do Instituto Brasileiro do Café, que viu Renato Costa Lima, que até então exercia o cargo de presidente do principal antagonista do governo até então, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), escolhido como substituto de Paulo Guzzo na presidência do órgão, sinalizando maior abertura do governo no que diz respeito à elaboração e condução da política cambial destinada ao café.

Considerações finais

A análise da marcha da produção apresentada acima reforça a hipótese de que o padrão errático de relacionamento entre instituições públicas e o ruralismo nacional, que varia entre sinalizações amistosas à governos autoritários e bravatas raivosas contra governos alinhados aos princípios democráticos, que por vezes incluiu o uso da força e violência como formas de imposição de demandas próprias, trata-se, na verdade, de algo enraizado no *modus operandi* dos membros do setor, refutando a hipótese de que a preferência por Bolsonaro seja fruto única e exclusivamente das possibilidades de ganhos no campo econômico por parte desta fração classe produtora nacional, algo também verificável a partir da análise de dados macroeconômicos do períodos de Bolsonaro como presidente e dos dois primeiros mandatos de Lula na presidência (2003-2010), com foco no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e do comércio



exterior de produtos agrícolas, que permitem mensurar com maior exatidão os ganhos obtidos pelos ruralistas em ambos os períodos.

No primeiro caso, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o PIB do setor agropecuário evoluiu cresceu em média 0,70% por trimestre durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-10), sendo a taxa de crescimento trimestral média de 0,76% no primeiro mandato e 0,64% no segundo, enquanto o mesmo indicador apresentou avanço de 0,07% sob a gestão de Bolsonaro (BRASIL, 2023b).

Já sob a ótica do comércio exterior, os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) mostram que as exportações agropecuárias nos dois governos Lula cresceram em média de 18% ao ano, com o resultado sendo composto por um avanço de 16,1% no primeiro mandato e 20,3% nos últimos quatro anos de mandato do atual presidente, enquanto no governo Bolsonaro a alta foi de 14% (BRASIL, 2023c).

Vale destacar que apesar de ter seu desempenho econômico frequentemente atrelado ao chamado “boom das commodities”, a análise do desempenho do Índice de Commodities Brasil (IC-Br), elaborado mensalmente pelo Banco Central do Brasil, sugere que quem de fato “surfou” uma onda muito mais aprazível no setor externo por conta da melhora das cotações internacionais de bens agropecuários foi Bolsonaro. Ao longo de seus quatro anos de mandato, o IC-Br apresentou média de crescimento anual de 1,5%, enquanto nos dois primeiros governos de Lula este mesmo indicador sofreu queda de 0,6% (2003-06) e cresceu 0,6% (BRASIL, 2023d).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A RURAL, Sociedade Rural Brasileira. *Café e política cambial*. São Paulo, p. 19, jan. 1956a.

_____, Sociedade Rural Brasileira. *Aplicação industrial do café solúvel*. São Paulo, p. 41, fev. 1956b.

_____, Sociedade Rural Brasileira. *Restauração da lavoura cafeeira*. São Paulo, p. 32-33, mai. 1956c.

BNDES. *BNDES lança crédito rural em dólar mais competitivo para o setor agroexportador do Brasil*. 17 de abril de 2023. Disponível em:



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-lanca-credito-rural-em-dolar-mais-competitivo-para-o-setor-agroexportador-do-brasil>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados Federais. “*Protesto contra as medidas tomadas pelo Governo visando impedir a marcha da produção.*”. 1958a. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD15OUT1958.pdf&npagina=22>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Produto Interno Bruto*. IBGE, 2023b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cnt/tabelas>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

_____, Secretaria de Comércio Exterior (Secex). *Comex Stat*. Secex, 2023c. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

_____, Banco Central do Brasil. *Índice Commodities Brasil*. Banco Central, 2023d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresselecionados>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

CESÁRIO, A. C. C. ; ALMEIDA, A. M. C. ; ADUM, S. M. S. L. *A Marcha da Produção no Norte do Paraná*. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociologia e Realidade da Pesquisa Social no Século XX , 2005 , Belo Horizonte. XII Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociologia e Realidade da Pesquisa Social no Século XX, 2005.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

FALEIROS, R. N; NUNES, N. *A partir da Defesa Permanente: o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo entre 1927 e 1930*. Anais do XLI Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2014.

FEITOZA, Cesar; RESENDE, Thiago; HOLANDA, Marianna. *Bolsonaro inclui ruralistas no desfile oficial de 07 de setembro com tratores na esplanada*. Folha de São Paulo, Brasília, 25 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-inclui-ruralistas-no-desfile-oficial-do-7-de-setembro-com-tratores-na-esplanada.shtml>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

FURTADO, Celso M. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GABRIEL, João; RESENDE, Thiago. *Grupo do agro banca outdoors para atos pro-Bolsonaro no 07 de setembro*. Folha de São Paulo, Brasília, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/grupo-do-agro-banca-outdoors-para-atos-pro-bolsonaro-no-7-de-setembro.shtml>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

HEINZ, Flavio M. *Elites rurais: representação profissional e política no Brasil, 1930- 1960*. Anuario del IEHS, Buenos Aires, v.16, p.93-94, 2001.

LAMARÃO, Sérgio. *Sociedade Rural Brasileira*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

TOLEDO, Marcelo. *Bolsonaro na Agrishow gera mal-estar com governo Lula, que deve ficar de fora*. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de abril de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/bolsonaro-na-agrishow-gera-mal-estar-com-governo-lula-que-deve-ficar-fora-da-feira.shtml>. Acesso em: 05 de maio de 2023.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

PARAGUASSU, Lisandra. *Fávaro avalia não comparecer ao Agrishow após "desconvite" para abertura do evento, diz fonte*. Portal UOL, Brasília, 26 de abril. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/04/26/favaro-avalia-nao-comparecer-a-agrishow-apos-desconvite-para-abertura-do-evento-diz-fonte.htm>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

PERISSINOTTO, Renato. M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Ed. FAPESP, 1964.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.